



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiassa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



DECRETO Nº. 1.105/2020 DE 28 DE JULHO DE 2020

**DISPÕE SOBRE O RESTABELECIMENTO
DAS MEDIDAS PARA FINS DE
ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE
SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA
INTERNACIONAL DECORRENTE DO
COVID-19 (CORONAVIRUS) E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

VALMIR DA SILVA, Prefeito Municipal de
Iporanga, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e
dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que
visem a redução do risco de doença e de outros agravos e o acesso universal
e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação,
na forma do artigo 196 da Constituição da Federal;

CONSIDERANDO as diretrizes de atendimento
integral, universal e igualitário no SUS, que compreendem as ações de
proteção e recuperação de saúde individual e coletiva, conforme o artigo 196
da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de
regulamentação, no Município de Iporenga, da Lei Federal nº 13.979/2020,
que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde
pública decorrente do “coronavírus” responsável pelo surto de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de
fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de
Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em
decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV),
especialmente a obrigação de articulação dos gestores do SUS como
competência do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública
(COEnCoV);

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em
Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de
Saúde em 30 de janeiro de 2020;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA

“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



CONSIDERANDO as medidas de emergência em saúde pública de importância nacional e internacional, ou seja, as situações dispostas no Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO a Recomendação Administrativa Conjunta emitida pela Promotoria de Justiça de Registro e referendada pela Promotoria de Justiça de Eldorado, integrantes do Ministério Público do Estado de São Paulo.

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de ações coordenadas para enfrentamento da Calamidade em Saúde Pública de Importância Internacional, Nacional, Estadual e Municipal, decorrente do “coronavírus”;

DECRETA:

Art. 1º - Os órgãos e as entidades da administração pública municipal deverão adotar, para fins de prevenção, da transmissão do COVID-19 (novo Coronavírus), as medidas determinadas neste Decreto.

Art. 2º - Ficam suspensos por prazo indeterminado:

I – as atividades de capacitação, treinamento ou de eventos coletivos realizados pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal e que impliquem a aglomeração de pessoas, incluindo-se neste caso as festividades da Vila São José, campeonatos esportivos e feiras.

II – atividades educacionais, tais como as aulas, sem prejuízo da manutenção do calendário recomendado pelo Ministério da Educação, nas unidades da rede pública de ensino, sendo que a Secretaria Municipal de Educação expedirá ato infralegal, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para criação do calendário de compensação no período de férias escolares e dentro de sua competência;

III – a participação de servidores em eventos ou viagens interestaduais.

IV – as reuniões dos Conselhos Municipais.

V – os atos pertinentes à Comissão de Licitação, tais como aberturas de envelopes, sessões, reuniões e demais atos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



VI – os atos pertinentes a Comissão de Sindicância, tais como oitivas, reuniões e apresentações de defesas ou justificativas.

VII – os atendimentos aos turistas no Centro de Informação ao Turista.

Art. 3º - No âmbito da Administração Pública municipal, ficam suspensos por 30 dias, o atendimento ao público externo, sendo mantido o expediente interno, nos mesmos horários.

Parágrafo Único – Ficam suspensos, pelo mesmo prazo, os prazos administrativos, ficando dispensado aos advogados e interessados o comparecimento ao órgão.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Saúde expedirá informações diárias sobre o acompanhamento de casos suspeitos e conformado de pacientes, no âmbito do Município, a partir da constatação do primeiro caso.

Art. 5º - Em caso de descumprimento das medidas estipuladas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas de infrações administrativas previstas no Artigo 10 da Lei Federal 6.437/1977, bem como do crime previsto no Artigo 268 do Código Penal.

Art. 6º - Qualquer servidor público ou contratado por empresa que preste serviço para o Município de Iporanga, que apresentar febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) passa a ser considerado um caso suspeito e deverá adotar o protocolo de atendimento específico a ser informado por ato infralegal a ser expedido pelo Secretário de Saúde em 72 (setenta e duas) horas, após a expedição do presente Decreto.

§1º - Nas hipóteses previstas no caput deste artigo, qualquer servidor ou contratado por empresa que presta serviço para o município de Iporanga, deverá entrar em contato com a Administração Pública para informar a existência de sintomas;

§2º - Os atestados médicos expedidos pelo SUS substituirão a necessidade de perícia médica para fins de licença de saúde nos casos do *caput*.

Art. 7º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, antes mesmo dos prazos estipulados nos Artigos 2º e 3º.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiiffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



Art. 8º - Na contratação de bens e serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, no caso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Finanças e Administração deverão observar as hipóteses previstas nos Artigos 24 e 25 da Lei Federal nº. 8.666/1993, bem como deverão instruir o processo com a devida justificativa e parecer do órgão de Assessoria Jurídica, na forma do Artigo 38 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

Art. 9º - Ficam suspensos, nos termos do Art. 1º do Decreto Estadual 64.881, de 22 de Março de 2020, os atendimentos presenciais ao público:

I - em estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, tais como galerias, academias, centros de ginásticas e locais congêneres;

II – em bares, restaurantes, lanchonetes, sem prejuízo dos serviços de entrega (delivery) e “drive thru”;

§1º - o disposto neste caput deste artigo não se aplica a estabelecimentos que tenham por objeto atividades essenciais, na seguinte conformidade:

1. Saúde: hospitais, clínicas, farmácias e serviços de limpeza;

2. Alimentação: supermercados, mercearias, sacolões e padarias, bem como os serviços de entrega (delivery) e sem o consumo de alimentos no local;

3. Abastecimento: postos de gasolina, autopeças, borracharias, funilarias e oficinas de veículos automotores.

4. Serviços funerários;

5. Serviços postais;

6. Serviços bancários e de correspondência;

7. Serviços contábeis sem atendimento direto ao público, condicionado a recepção de documentos, nos horários das 08h00 às 12h00;

8. Serviço lotérico.

§3º - Fica determinado que os funcionários dos estabelecimentos de atividades essenciais deverão atender os consumidores utilizando máscaras que cubram a boca e o nariz, bem como os consumidores, que também deverão fazer uso da mesma medida de proteção para frequentarem o estabelecimento, sem a qual não poderão ingressar no local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiassa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



§4º – A medida que trata o *caput* deste artigo também se estende aos estabelecimentos não essenciais que eventualmente façam entrega de produtos ao consumidor diretamente no local

§5º - Os serviços que atendem a atividades econômicas essenciais e não essenciais deverão se atentar a atender apenas os serviços permitidos, sendo proibido os atendimentos presenciais das atividades que não estejam descritos no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 10 - Estão proibidos os comércios ambulantes no Município de Iporanga enquanto perdurar o regime de quarentena.

Parágrafo Único - O descumprimento deste artigo importará na aplicação de multa prevista no Artigo 16 deste Decreto.

Art. 11 - Estão suspensas as entradas no município para fins de turismo ou lazer.

§1º - Não estão abrangidas, neste artigo, as passagens de trânsito para outras localidades e os serviços de carga e descarga.

§2º - As barreiras sanitárias poderão se valer do reforço policial para atender o disposto neste artigo.

§3º - O descumprimento deste artigo importará na aplicação de multa prevista no Artigo 16 deste Decreto.

Art. 12 - Fica determinado que os funcionários dos estabelecimentos de atividades essenciais deverão atender os consumidores utilizando máscaras que cubram a boca e o nariz, bem como os consumidores, que também deverão fazer uso da mesma medida de proteção para frequentarem o estabelecimento, sem a qual não poderão ingressar no local.

Parágrafo Único – A medida que trata o *caput* deste artigo também se estende aos estabelecimentos não essenciais que eventualmente façam entrega de produtos ao consumidor diretamente no local

Art. 13 - Sem prejuízo de todas as recomendações profiláticas e de isolamento social das autoridades públicas, fica recomendada à toda população, sempre que possível e quando necessário sair de casa, a utilização de máscaras de proteção facial, confeccionadas conforme orientações do Ministério da Saúde.





PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



§1º - Recomenda-se, à população em geral, o uso de máscaras caseiras.

§2º - As máscaras caseiras poderão ser produzidas segundo as orientações constantes na Nota Informativa nº. 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, disponível na página do Ministério da Saúde no sítio da *internet* www.saude.gov.br.

Art. 14 - Os locais de grande circulação de pessoas, tais como comércio em geral devem reforçar medidas de higienização de superfície e disponibilizar álcool gel 70% para os usuários, em local sinalizado.

§1º – Devem ser disponibilizadas informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido e toalha descartável nos lavatórios para higienização de mãos

§2º – As agências bancárias e lotéricas deverão trabalhar com sistema de senhas, efetuando o atendimento de apenas uma pessoa por vez, não permitindo a criação de filas, estando proibida a aglomeração de pessoas.

Art. 15 - Os serviços de alimentação, tais como restaurantes, lanchonetes e bares, além dos supermercados, lojas de secos e molhados, mercearias e demais comércios do ramo alimentício e farmacêuticos deverão adotar medidas de prevenção para conter a disseminação da COVID-19, a saber:

I – disponibilizar álcool 70% na entrada dos estabelecimentos para uso dos clientes;

II – observar na organização de suas mesas e a distância entre as pessoas de, no máximo, 1 metro entre elas;

III – aumentar a frequência de higienização de superfícies;

IV – Manter ventilados ambientes de uso dos clientes

Art. 16 - Aqueles que não cumprirem as determinações deste presente decreto poderão ser sancionados com o pagamento de multa de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), além da suspensão do Alvará de Funcionamento e lacração do estabelecimento.

Art. 17 - No caso específico de aumento injustificado de preços de produtos, inclusive aqueles de combate e proteção ao COVID-19, será cassado o alvará, como medida cautelar prevista no Artigo 56 da Lei Federal 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), o

✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.

www.iporanga.sp.gov.br



Alvará de Funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em práticas abusivas ao direito do consumidor, previamente constatado pelos órgãos.

Art. 18 - Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

I - Poderão ser requisitados bens móveis e imóveis, bem como serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento ulterior e justa indenização.

II - Observados os termos do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para locação, aquisição de bens, serviços, insumos, obras destinadas ao enfrentamento da emergência, nos termos do art. 40, §1º, da Lei nº 13.979/2020.

III – O Centro de Informações ao Turista será cedido temporariamente como base da Polícia Militar do Estado de São Paulo, para fins de monitoramento da circulação de pessoas e veículos.

Art. 19 - Fica determinada Secretaria Municipal de Saúde que adote providências para:

I- Estabelecimento de processo de triagem que possibilite a rápida identificação dos possíveis casos de COVID-19.

II - Utilização, caso necessário, de equipamentos públicos culturais, educacionais e esportivos municipais para atendimento emergencial na área de saúde, com prioridade de atendimento para os grupos de risco de forma a minimizar a exposição destas pessoas;

§ 1- Todas as Secretarias e Departamentos Municipais ficarão à disposição da Secretaria Municipal de Saúde para suprir necessidade excepcional de atendimento à população.

§2º Ficam suspensos os atendimentos de rotina mediante agendamento das unidades básicas, com exceção de projetos estratégicos e pré-natal.

Art. 20 - Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente de COVID-19 (Novo Coronavírus) poderão ser adotadas as seguintes medidas:

- I - isolamento;
- II - quarentena;
- III - exames médicos;
- IV - testes laboratoriais;
- V - coleta de amostras clínicas;
- VI - vacinação e outras medidas profiláticas;
- VII - tratamentos médicos específicos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



- VIII - estudo investigação epidemiológica;
IX - controle de entrada e saída de veículos no âmbito do Município de Iporanga, podendo, se necessário, serem acionados os órgãos de segurança pública para efetivação da referida medida.
X - controle das travessias de balsas, que serão realizadas exclusivamente em casos de emergência para veículos e pedestres, com redução de horários;

Parágrafo Único: Para fins deste Decreto, considera-se:

- I - isolamento: separação de pessoas e bens contaminados, transportes e bagagens no âmbito municipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do COVID - 19 (Novo Coronavírus);
II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou ainda bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, no âmbito de sua competência, com objetivo de evitar a possível contaminação e a propagação do COVID - 19 (Novo Coronavírus).

Art. 21 - Fica proibida a entrada e permanência de veículos particulares, ônibus e vans de turismo, bem como, limitado o acesso ao território de Iporanga, com a exceção:

- I - Aos veículos de emergência, assim compreendidos ambulâncias, viaturas e de transporte de pacientes;
II - Aos veículos oficiais, independente de qual órgão público estejam vinculados;
III - Veículos destinados aos serviços essenciais, ao abastecimento de toda rede comercial do município, bem como, àqueles utilizados para saída de resíduos e rejeitos de qualquer natureza;
IV - Aos veículos com placas de Iporanga ou que comprove ser morador ou trabalhador no Município de Iporanga.
V – veículos de servidores do município que estiverem em trânsito e para fins específicos de prestação de serviço público.

Parágrafo Único - Aqueles que não cumprirem as determinações deste presente decreto poderão ser sancionados com a suspensão do Alvará de Funcionamento e com o pagamento de multa de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), podendo ser aumentado em dez vezes se acaso não for cumprido, bem como do crime previsto no Artigo 268 do Código Penal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



Art. 22 - De forma excepcional, com o único objetivo de resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e no combate da propagação do COVID-19 (Novo Coronavírus), determina-se a suspensão, por prazo indeterminado, das seguintes atividades:

I - realização de eventos e atividades com a presença de público, ainda que previamente autorizados, que envolvam aglomeração de pessoas, tais como: apresentações artísticas, eventos desportivos, shows, festivais, feiras, eventos esotéricos, científicos, passeatas e afins;

II - atividades coletivas de cultos religiosos, teatros, reuniões, assembleias ou qualquer outra atividade que envolva aglomeração de pessoas;

III - emissão de alvarás para eventos públicos, bem como aqueles emitidos anteriormente para realização de eventos dessa natureza.

IV - visita a pacientes diagnosticados com o COVID-19 (Novo Coronavírus), internados na rede pública ou privada de saúde;

V - visita às instituições de longa permanência para idosos;

VI - acesso, circulação e permanência de veículos de turismo, provindos de outros municípios, inclusive para as modalidades day use e city tour;

VII - suspensão de emissão de autorização de entrada e permanência desses veículos;

VIII - recebimento de turistas por empreendimentos ou estabelecimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem e por edificações residenciais destinadas ao recebimento de hóspedes;

IX - transporte de alunos universitários e de cursos técnicos, preparatórios e outros para a Região Administrativa de Registro.

X – a entrada de pessoas não moradoras da cidade de Iporanga, mesmo que em trânsito, pelas estradas municipais e estaduais que passam pelo Município de Iporanga.

Parágrafo único: Os médicos e demais profissionais de saúde poderão ter sua lotação alterada por ato do Secretário Municipal de Saúde, independentemente de sua especialização.

Art. 23 - Os locais de grande circulação de pessoas, tais como comércio em geral devem reforçar medidas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiassa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



higienização de superfície e disponibilizar álcool gel 70% para os usuários, em local sinalizado.

§1º – Devem ser disponibilizadas informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido e toalha descartável nos lavatórios para higienização de mãos

§2º – As agências bancárias e lotéricas deverão trabalhar com sistema de senhas, efetuando o atendimento de apenas uma pessoa por vez, não permitindo a criação de filas, estando proibida a aglomeração de pessoas.

Artigo 24 - No âmbito do setor privado, órgãos e entidades autônomas, fica DETERMINADO:

I — a proibição de atendimento ao público, ao comércio e indústria, (Ex. bares, lanchonetes, hotéis, pousadas, áreas de acampamentos, restaurantes, lojas, sacolões, escritórios, etc), sendo permitido o atendimento ao público de modo virtual, telefônico, via agendamento e serviços de entrega em domicílio, sendo que o descumprimento acarretará suspensão do alvará, com exceção das seguintes atividades:

a) Padarias: restrição de atendimento ao público de até 1 (uma) pessoa por vez, devendo os demais consumidores aguardarem do lado de fora do estabelecimento com distância mínima de 1,5 m entre elas;

b) mercados e mercearias: restrição de atendimento ao público de até 3 (três) pessoas ao mesmo tempo, devendo os demais consumidores aguardarem do lado de fora do estabelecimento com distância mínima de 1,5 m entre elas;

c) Farmácias: restrição de atendimento ao público de até 1 (uma) pessoa ao mesmo tempo, devendo os demais consumidores aguardarem do lado de fora do estabelecimento com distância mínima de 1,5 m entre elas;

d) Lotéricas: restrição de atendimento ao público de até 1 (uma) pessoas ao mesmo tempo, devendo os demais consumidores aguardarem do lado de fora do estabelecimento com distância mínima de 1,5 m entre elas;

e) Laboratórios e consultórios na área da saúde: restrição de atendimento ao público de até 1 (uma) pessoas ao mesmo tempo, devendo os demais pacientes aguardarem do lado de fora do estabelecimento com distância mínima de 1,5 m entre elas;

f) Postos de combustível: restrição de distância de 1,5 m para pagamento fora do veículo;

§1º - Caberá aos respectivos proprietários dos estabelecimentos organizar a restrição do acesso dos seus clientes, sob pena



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiafa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



de suspensão do alvará de funcionamento, em caso de descumprimento, pelo prazo de validade do presente Decreto.

§2º - Aqueles que não cumprirem as determinações deste presente decreto poderão ser sancionados com a suspensão do Alvará de Funcionamento e com o pagamento de multa de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), podendo ser aumentado em dez vezes se acaso não for cumprido.

Art. 25 - Aqueles que não cumprirem as determinações deste presente decreto poderão ser sancionados com a suspensão do Alvará de Funcionamento e com o pagamento de multa de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais).

Art. 26 - No caso específico de aumento injustificado de preços de produtos, inclusive aqueles de combate e proteção ao COVID-19, será cassado o alvará, como medida cautelar prevista no Artigo 56 da Lei Federal 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), o Alvará de Funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em práticas abusivas ao direito do consumidor, previamente constatado pelos órgãos municipais competentes, aplicando-se o dobro da multa prevista no Artigo 4º deste presente decreto.

Art. 27 - Ficam suspensos, pelo prazo de trinta dias:

I – as atividades de capacitação, treinamento ou de eventos coletivos realizados pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal e que impliquem a aglomeração de pessoas, incluindo-se neste caso as festividades da Vila São José, campeonatos esportivos e feiras.

II – atividades educacionais, tais como as aulas, sem prejuízo da manutenção do calendário recomendado pelo Ministério da Educação, nas unidades da rede pública de ensino, sendo que a Secretaria Municipal de Educação expedirá ato infralegal, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para criação do calendário de compensação no período de férias escolares e dentro de sua competência;

III – a participação de servidores em eventos ou viagens interestaduais.

IV – as reuniões dos Conselhos Municipais.

V – os atos pertinentes à Comissão de Licitação, tais como aberturas de envelopes, sessões, reuniões e demais atos;

VI – os atos pertinentes a Comissão de Sindicância, tais como oitivas, reuniões e apresentações de defesas ou justificativas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiáffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



**VII – os atendimentos aos turistas no Centro de
Informação ao Turista**

Art. 28 - No âmbito da Administração Pública municipal, ficam suspensos por 15 dias, o atendimento ao público externo, sendo mantido o expediente interno, nos mesmos horários.

Parágrafo Único – Ficam suspensos, pelo mesmo prazo, os prazos administrativos, ficando dispensado aos advogados e interessados o comparecimento ao órgão.

Art. 29 - A Secretaria Municipal de Saúde expedirá informações diárias sobre o acompanhamento de casos suspeitos e conformation de pacientes, no âmbito do Município, a partir da constatação do primeiro caso.

Art. 30 - Em caso de descumprimento das medidas estipuladas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas de infrações administrativas previstas no Artigo 10 da Lei Federal 6.437/1977, bem como do crime previsto no Artigo 268 do Código Penal.

Art. 31 - Qualquer servidor público ou contratado por empresa que preste serviço para o Município de Iporanga, que apresentar febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) passa a ser considerado um caso suspeito e deverá adotar o protocolo de atendimento específico a ser informado por ato infralegal a ser expedido pelo Secretário de Saúde em 72 (setenta e duas) horas, após a expedição do presente Decreto.

§1º - Nas hipóteses previstas no caput deste artigo, qualquer servidor ou contratado por empresa que presta serviço para o município de Iporanga, deverá entrar em contato com a Administração Pública para informar a existência de sintomas;

§2º - Os atestados médicos expedidos pelo SUS substituirão a necessidade de perícia médica para fins de licença de saúde nos casos do *caput*.

Art. 32 - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, antes mesmo dos prazos estipulados nos Artigos 2º e 3º.

Art. 33 - Na contratação de bens e serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, no caso de dispensa de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiafa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



licitação, a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Finanças e Administração deverão observar as hipóteses previstas nos Artigos 24 e 25 da Lei Federal nº. 8.666/1993, bem como deverão instruir o processo com a devida justificativa e parecer do órgão de Assessoria Jurídica, na forma do Artigo 38 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

Art. 34 - No descumprimento das determinações deste decreto a Polícia Militar poderá acionada para o fechamento dos estabelecimentos.

Art. 35 – Está suspensa a celebração de velórios públicos.

§1º – poderá ser realizada uma cerimônia, durante o prazo de até 04 horas, reservada apenas a 4 pessoas da família.

§2º - se a liberação do corpo for efetuada durante o período noturno, a urna funerária deverá ser mantida em local fechado, sem a celebração de velórios durante o período da noite e madrugada, devendo o sepultamento ser efetuado até às 10 horas.


§3º - se o falecimento decorrer, seja de modo suspeito ou confirmado por COVID-19, o sepultamento deverá ser efetuado imediatamente à chegada da urna funerária ao município.

Art. 36 – Diante da essencialidade do serviço público, deverão ser mantidos os trabalhos prestados por todos os servidores do Município.

Parágrafo Único – o afastamento de serviço apenas se dará mediante as condições estabelecidas no Artigo 6º deste Decreto.

Art. 37 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Iporanga, 28 de julho de 2020


VALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal